

DIREITO & ECONOMIA – INTERAÇÃO DE SABERES⁷⁰

LAW & ECONOMICS – INTERACTION OF KNOWLEDGE

Nery Alberto Dominguez Franco⁷¹

RESUMO

Direito e economia fazem parte da mesma realidade social e, na sociedade atual se encontram em constante diálogo. Os saberes fragmentados, no entanto, não permitem esse reconhecimento. A questão, se percebe, é olhar de modo diferente esses fenômenos e transpor o alheamento e divergências existentes. No intuito de gerar uma aproximação e o reconhecimento da importância do direito nos resultados econômicos e, da economia na formulação jurídica, este artigo tem por objetivo analisar as relações entre direito e economia para ampliar o diálogo entre saberes, com vistas a entender outras maneiras de se compreender este fenômeno. Assim, mediante a pesquisa bibliográfica e a reflexão, busca-se afirmar a importância de uma interligação entre direito e economia. Como conclusão do estudo, pode-se afirmar que existe uma estreita conexão estrutural e funcional entre direito e economia. Trata-se de relações de determinação de cada um pelo outro.

Palavras-chave: Direito. Economia. Articulação.

Abstract

Law and economics are part of the same social reality and, in today's society are in constant dialogue. The fragmented knowledge, however, do not allow this recognition. The issue, one realizes, is to look differently these phenomena and incorporate the alienation and divergences. In order to generate an approximation and recognition of the importance of law on economic outcomes and economics in legal drafting, this article aims to analyze the relationship between law and economics to broaden the dialogue between knowledge's in order to understand other ways to understand this phenomenon. Thus, based on the literature research and reflection, we seek to affirm the importance of interconnection between law and economics. As a conclusion of the study, it can be stated that there is a close structural and functional connection between law and economics. It is relations determining each one another.

Keywords: Right. Economy. Links.

Sumário: 1. Introdução; 2. Direito e economia – mundo normativo x mundo real; 2.1 Visões do direito; 3. Principais teses; 4. O teorema de Coase e o movimento de *Law & Economics*; 5. A interdependência direito e economia; 6. Importância da economia para o estudante de direito; 7. Desmistificação e receptividade da disciplina direito e economia no Brasil; 8. Conclusão; 9. Referências.

70 Artigo elaborado para a disciplina de Ciência Política e Teoria Geral do Estado do Curso de Direito do IESA-CNEC.

71 Graduação em Ciências Econômicas – UFSM (1989) e em Administração – UNIJUL (2013); Especialista em Marketing e Publicidade – UFSM (1992), em Economia Monetária – UFSM (1993) e Desenvolvimento Local/Regional – URI (2004); Mestre em Administração – UFRGS (2000); Professor de Ciência Política e Teoria Geral do Estado – e Fundamentos de Economia Política IESA (2015). E-mail: nery.franco@bol.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata da relação existente entre Direito e Economia. Sabe-se que o Direito penetra todas as áreas da atividade humana, regulando os comportamentos e a troca, portanto, o desenvolvimento econômico. Quando não há essa regulamentação, as sociedades sem parâmetros ficam sujeitas aos excessos, extrapolando limites.

A Economia é a atividade dedicada a satisfazer as necessidades administrando os recursos escassos. Centra-se na análise da alocação de recursos e no emprego destes de modo mais eficiente aos indivíduos, às empresas e à sociedade. Não raras vezes os fatos econômicos ditam o surgimento de uma instituição jurídica ou vice-versa. Contudo, o alheamento da integração entre esses dois campos do saber ou ciências sociais aplicadas, devido à fragmentação dos saberes em ciências específicas (Filosofia, Direito, Economia, Sociologia, outras), não vêm permitindo com que os indivíduos, desde o início de sua escolarização e mesmo nos cursos superiores, consigam visualizar uma unidade entre todas as ciências. O que é denotado pelas respostas à questão: qual a importância da Economia no curso de Direito? “Não sei”; “ela não serve...”.

Diante deste contexto, busca-se responder neste estudo à questão: como a Economia se insere no Direito? Pois acredita-se que, se ao direito é dada a incumbência de organizar a ordem social e se dentro dessa ordem social se inclui também a Economia, como a alocação e emprego eficiente dos recursos necessários à vida dos indivíduos, das empresas e da sociedade, existe uma conexão entre esses campos do saber.

Este artigo tem o objetivo de analisar as relações entre Direito e Economia para ampliar o diálogo entre saberes, com vistas a entender outras maneiras de se compreender este fenômeno.

O estudo é dedutivo e busca amparo nas fontes bibliográficas que versam sobre o tema, tais como: as principais teses interpretativas do relacionamento entre Direito e Economia, trechos das obras de Maria Eduarda Azevedo e de Luciano Benetti Timm e contribuições de Ronald Coase, Nobel de Economia em 1991. Para efeitos deste texto,

portanto, consideram-se o mundo do Direito e o da Economia, as principais teses da conexão entre ambos os fenômenos, o teorema de Coase e o movimento de *Law & Economics*, a relação do Direito com a Economia, a importância da Economia para o estudante de Direito, mitos e a receptividade da disciplina Direito e Economia no Brasil.

DIREITO E ECONOMIA – MUNDO NORMATIVO X MUNDO REAL

A fragmentação das ciências e a criação de especificidades como a Filosofia, a Sociologia, o Direito, a Economia e demais áreas, como saberes isolados, criou um fosso entre elas, fazendo com que Direito e Economia andassem em paralelo. Atualmente, levando em consideração as características da sociedade globalizada e a mundialização da economia e dos mercados, fatores importantes evidenciam a necessidade da transposição dessa visão fragmentada entre essas duas disciplinas. Para tal, torna-se necessário identificar ganhos mútuos na aproximação e no diálogo entre Direito e Economia.

Mas antes de abordar a interdisciplinaridade da economia com o Direito, faz-se necessário que se tenha uma visão global das concepções que influenciaram a análise de aspectos legais dissociados dos aspectos dos sistemas econômicos.

Visões do direito

A excessiva especialização do saber impede frequentemente de se operar o vínculo entre as partes e a totalidade. A integração dos saberes possibilita apreender o conjunto.

A análise das diferentes visões do direito na construção do conhecimento é um primeiro passo nessa direção. Nessa análise foram identificados: o movimento da análise econômica do direito liderado pela Escola de Chicago, a concepção materialista de Stammler e a noção sociológica de direito de Weber.

Uma primeira visão do Direito relacionado à Economia surge com o movimento da análise econômica do direito encabeçado pela Escola de Chicago. Seus defensores sustentam “uma maior

instrumentalização do direito em direção à realização de fins puramente econômicos, em especial no que diz respeito à diferença de métodos de operacionalização do direito e da economia” (GUIMARÃES, 2010, p. 2306). Entre estes, Posner (2007, p. 14) “verifica a diferença metodológica entre Direito e Economia, quando discorre acerca da desnecessidade de economistas provarem suas premissas”:

Porque a economia não responde à questão de se a distribuição de renda e de riqueza é justa ou injusta, embora ela possa nos dizer os benefícios de se alterar os custos desta distribuição existente [...]. Mostrando como uma mudança na política econômica poderia levar-nos à obtenção de uma determinada meta eles (economistas) podem fazer uma declaração normativa, sem ter que defender suas premissas fundamentais (2007, p. 14).

Na tentativa de explicar essa diferença metodológica, se posiciona Gico Jr. (2014), esclarecendo que “nas ciências naturais e sociais, o conhecimento evolui circunscrito a um paradigma científico”, período chamado de “ciência normal”, porque dentro de um paradigma os pesquisadores não questionam os pressupostos sobre os quais trabalham. Nessa perspectiva,

[...] O trabalho de pesquisa é [...] melhorar e expandir o conhecimento existente dentro desse arcabouço teórico aceito explícita ou implicitamente pela comunidade científica contemporânea. Quando as dificuldades de explicar novos fenômenos ou de responder a antigas questões de forma satisfatória se avolumam substancialmente, essa superestrutura metodológica se rompe e há, gradualmente ou não, uma mudança de paradigma (KUHN, 2007, p. 57 e ss.).

De acordo com Ivo Gico Jr. (2014, p. 9), a noção de paradigma pode ser nebulosa, mas “é útil na compreensão da variação da abordagem dos operadores de direito no tempo e no espaço e, do contexto histórico no qual se insere a Análise Econômica do Direito (AED) para que se possa compreender adequadamente sua epistemologia e metodologia”. Exemplos nesse sentido é o paradigma jusnaturalista, o juspositivismo, o realismo jurídico norte-americano. Este último como “reação ao juspositivismo resultou em um clamor

pela interdisciplinaridade com as demais ciências para aproximar direito da realidade social” (GICO JR., 2014, p. 12).

No Brasil, prossegue o referido autor, como reação ao juspositivismo surgiu o neoconstitucionalismo (ou pós-positivista), com esse paradigma, o problema do Direito não seria mais apenas de subsunção da norma aos fatos (função preponderantemente técnica), para os órgãos aplicadores, mas de compatibilidade e ponderação entre normas-regra e normas-princípio (comandos normativos que possuem aplicabilidade) no estabelecimento de um balanço de interesses contrapostos (GICO JR., 2014). Nesse paradigma, “o consenso limita-se ao reconhecimento de que deve haver espaço para escolhas além da regra legal, inexistindo acordo entre correntes e pensadores com relação à metodologia que deve ser aplicada na tomada de decisões”⁷².

Assim, a análise econômica do direito surgida na década de 60 do século passado reconhece o impacto e a importância do direito na determinação dos resultados econômicos e, dessa forma, “oferece ao aplicador do direito ferramentas econômicas na resolução de casos judiciais, na criação de políticas públicas e em outras situações diversas”. Além disso, nessa visão do Direito, a lei é vista como “um incentivo, ou seja, entende ser possível, por meio de leis, direcionar e prever o comportamento humano” (GUIMARÃES, 2010, p. 2306).

A segunda visão do diálogo entre Direito e Economia é fornecida por Rudolph Stammler (1929), na obra *Economia y derecho segun la concepción materialista de la história*. Para Stammler, essas disciplinas têm o homem como objeto comum. O homem enquanto ser social seria regulado em sua vida social pelo Direito, o qual realiza uma regulação exterior, ideal, enquanto a economia seria a matéria da vida social, ferramenta para a satisfação de necessidades materiais. A contribuição de Stammler para um entendimento das relações entre Direito e Economia faz parte do “movimento de análise econômica do direito”. Esse movimento “vê a economia como ferramenta para a elaboração de normas mais eficientes, partindo de pressupostos

72 Ver LORENZ, Karl. *Metodologia jurídica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

de racionalidade, eficiência e maximização das necessidades” (GUIMARÃES, 2010, p. 2307).

Este mesmo autor, complementando as visões do Direito sobre o diálogo aproximativo entre Direito e Economia, agrega a visão de Max Weber, o qual “vê Direito e Economia como fenômenos importantes, mas não únicos e, não determinantes para a conduta do indivíduo, influenciando aí outros aspectos, tais como costumes, convenções sociais, dentre outros”. Nessa visão, Weber vê o Direito “segundo a visão sociológica” e procura explicar seu ponto de vista fazendo a distinção entre o conceito de Direito segundo os próprios juristas e o conceito sociológico de Direito (2014, p. 2307).

No primeiro caso, o conceito de Direito seria normativo, cuidaria do “dever ser” idealmente as condutas humanas, e, no segundo caso, se verificaria o que de fato ocorre na comunidade, em razão da existência de determinada ordem jurídica. Nessa visão sociológica do Direito, a economia debruça-se sobre questões reais. O primeiro problema a ser ultrapassado nesse caso “seria o de estabelecer um diálogo possível e inteligível entre a ordem jurídica normativa e a esfera econômica positiva”, ponto levantado pelos críticos da análise econômica do direito, que pressupunham que a aproximação entre os dois campos do conhecimento esbarra na diferença de métodos (enquanto a economia analisa as práticas concretas e daí elabora modelos abstratos, o Direito estipula condições ideais de comportamento a serem alcançadas para, em seguida, regular as práticas de modo a atingir este fim). Mas se o Direito for entendido “segundo a visão sociológica”, de acordo com a visão de Weber, esta barreira desaparece (GUIMARÃES, 2010, p. 2307 e 2312).

PRINCIPAIS TESES

Enquanto “fenômenos da vida social e disciplina do núcleo central das ciências sociais e humanas, o direito e a economia são subsistemas do sistema social” e se traduzem na existência de relações dominantes, jurídicas ou econômicas, de funções sociais correlatas e de uma interligação entre ambas que a mesma realidade

social pode ser, do ponto de vista, jurídico e, de outro, econômico (AZEVEDO, 2013, p. 23).

O Direito e a Economia, diz a mesma autora, correspondem a distintas funções do sistema social – a função de regulação social intersubjetiva, no que tange ao Direito, e a função de satisfação material de necessidades individuais mediante a efetivação de bens raros, no caso a Economia – e que entre ambas existe uma estreita conexão estrutural e funcional. Trata-se de relações de determinação de cada um pelo outro, à luz das respectivas funções sociais e dos laços de reciprocidade e interdependência, seja das respectivas realidades estruturais, seja das funções de cada um. Nesse sentido, Direito e Economia são expressões de um mesmo fim, não podendo ser tomadas isoladamente, mas antes integradas e relacionadas por meio da mediação da unidade histórico-cultural. Não constituem evidentemente a mesma coisa, mas também não hão de ser compreendidas uma sem a outra.

Se o Direito e a Economia surgem coligadas como partes de um todo, entre elas não podem surgir divergências: a economia é também uma dimensão dos fenômenos jurídicos; o direito pelo seu lado é igualmente o conjunto das relações econômicas que preenchem as suas normas.

Todavia, à luz dos estudos desenvolvidos por Maria Eduarda Azevedo (2013), a interpretação desse relacionamento, que se pretende com a natureza social do Direito e da Economia, tem sido encarada de forma distinta, de acordo com quatro teses fundamentais: separação radical; identificação; subordinação e interdependência.

A tese da separação radical considera que o Direito e a Economia são áreas distintas e incomunicáveis, mostrando-se os respectivos estudos totalmente independentes. Essa posição tem inspiração no pensamento de Kelsen (2009) e a teoria pura do direito que negou a possibilidade de relações entre a ciência jurídica – ciência normativa – e as ciências sociais não normativas – como a economia. Contudo, admitem a validade intrínseca da norma jurídica e atribuem de forma indireta importância à influência dos fatos sobre as normas, entre

bens raros à satisfação das necessidades humanas e a respectiva regulação jurídica.

A tese da identificação, defendida por B. Croce (1927), propõe a assimilação do fenômeno jurídico ao econômico, considerando que toda a atividade humana tem necessariamente uma dimensão econômica. A ela se contrapõe a posição de Del Vecchio (1951), para quem a economia está ligada a critérios de necessidade: o direito associado a juízos de justiça e segurança. Esquece esse autor que para haver segurança se faz necessário certo equilíbrio econômico. A pobreza tem mostrado fortes evidências disso.

A tese da subordinação defende o predomínio do econômico sobre o jurídico, ora inversamente do jurídico sobre o econômico, proclamando a autonomia relativa de cada um dos fenômenos na base de uma relação de dependência. Historicamente essa tese é defendida pelas correntes marxistas, ao considerarem a sujeição do Direito à Economia – o Direito como uma superestrutura social condicionada pela infraestrutura econômica, seu elemento essencial. Esse posicionamento é encontrado em Pierre Lévy (1993) da escola realista francesa de Leon Duguit (1859-1928), reconhecendo ao fator economia um papel dominante. No outro polo, advogando a sujeição econômica ao Direito e representado por Stammer (1929), um dos expoentes da escola neokantiana de Marburgo, que entendia a Economia como a matéria da vida social de que o Direito constitui a forma, cabendo a este informar a Economia, não o seu contrário.

A tese da interdependência (ou interação) entre Direito e Economia admite a autonomia ora do Direito ora da Economia e procura estabelecer relações entre ambos os fenômenos na base da coerência intrínseca que todo o sistema social há de manifestar, sem qualquer determinismo econômico ou voluntarismo jurídico ditado por intenções de prevalência. Corresponde, atualmente, a uma posição majoritária que assume que o Direito e a Economia não se hão de ignorar. Savatier (1959) defensor dessa tese registra uma posição da presença de um nexos natural e estreito entre os dois domínios (AZEVEDO, 2013).

Na verdade, pode-se observar que o funcionamento harmonioso de qualquer sistema econômico requer sempre um mínimo de regras de Direito capazes de assegurar a apropriação e o uso dos fatores de produção e dos bens e serviços, ao mesmo tempo em que os fenômenos jurídicos têm igualmente repercussões inevitáveis no plano do sistema econômico, que engendram, regem ou normatizam.

Hoje, se pode perceber o quanto o Direito e a Economia mantêm relações de interdependência. Relações em que o problema econômico é anterior ao Direito no sentido de este dever servir a realidade de que a Economia é um aspecto, mediante a criação de quadros mentais de enquadramento da realidade econômica. Da mesma forma, o Direito deve dar garantia de proteção às posições estabilizadas ou criar por via dos seus institutos e mecanismos, segurança, limitando o alcance do modelo econômico em função da organização da sociedade.

O TEOREMA DE COASE E O MOVIMENTO DE *LAW & ECONOMICS*

Ronald Coase (1910-2013), inglês que emigrou para os EUA em 1951, indo lecionar na Universidade de Buffalo e em outras universidades norte-americanas, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1991, ao usar pouquíssima matemática em seus estudos, ou como ele diz: “economia do quadro-negro”, teve profundo impacto na economia. Dois de seus artigos tiveram profundo impacto na economia. O primeiro *The Nature of the Firm*, escrito quando em visita a Norman Thomas (candidato presidencial socialista), a Ford e a General Motors, Coase fornece uma explicação para duas questões básicas: “por que existem firmas? Do que depende o tamanho delas?” (ARAÚJO JÚNIOR, 1996, p. 6-7).

A firma como unidade de análise básica da microeconomia neoclássica no que diz respeito à produção era uma abstração, nunca tinha sido encarada como fenômeno econômico. A teoria neoclássica, anterior a Coase, enxergando a firma como um fenômeno a ser entendido, não havia dado nenhuma explicação para sua emergência. Os economistas neoclássicos se esqueceram de considerar o papel dos arranjos institucionais em outros contextos.

O sistema de preços no mundo da economia dos anos 30 (século XX) fornecia coordenação perfeita quanto aos problemas de alocação de recursos. Se esta proposição fosse verdadeira, qual seria o papel das firmas no mercado? Não havia na teoria neoclássica nada que explicasse a existência das firmas e seu papel alocativo. Buscando responder a esta indagação, Coase chegou à noção de custos de transação.

Para chegar a tal entendimento, Coase situou a firma em um ambiente institucional e verificou que existem custos para entrar e sair de contratos. Ou seja, o uso do sistema de preços para alocar recursos possui um custo implícito. Esses custos são explicados pela racionalidade limitada dos agentes. Portanto, contratar o uso dos fatores, via mercado, exige aquisição de informações, processamento dessas e operacionalização de uma barganha (negociação, acordo) entre as partes envolvidas (ARAUJO JÚNIOR, 1996).

Porque existem custos envolvidos no uso do mercado, o processo de produção mais eficiente às vezes ocorre dentro de uma firma (COASE, 1937). Essa explicação de Coase para a razão da existência das firmas deu origem a um corpo de estudos, entre 1966 e 1980, e é aceita atualmente.

Com base na ideia de custo de transação, também se pode explicar o fenômeno de expansão das firmas. Na visão de Coase (1937), a firma é um elemento da estrutura institucional da economia e pode ser explicada pelo custo relativo de diferentes arranjos institucionais, e pelo esforço dos agentes econômicos em manter o custo total de transação dentro de um nível mínimo aceitável. Assim, os custos de transação explicam o fenômeno da existência de firmas. Se tais custos fossem virtualmente nulos, não existiriam firmas e a alocação de recursos se daria via contratos entre indivíduos, havendo então um único tipo de arranjo institucional.

Outra contribuição de Coase vem do segundo artigo de destaque publicado em 1960: *The Problem of Social Cost* também vastamente citado entre 1966 e 1980. Neste artigo, Coase foi mais revolucionário e deu origem à matéria chamada Direito e Economia (COASE, 1960).

Antes desta publicação, segundo Coase, as mais tradicionais correntes políticas aceitavam as ideias de Arthur Pigou, de que “se o gado de uma fazenda destrói a plantação de cereais da fazenda vizinha, o governo devia impedir que o fazendeiro permitisse que seu gado se movesse livremente ou pelo menos tributá-lo pela sua atividade”. Os economistas, por sua vez, acreditavam que “o gado iria destruir as plantações porque o fazendeiro não teria incentivos para impedi-los” (1960, p. 29). Esse problema diz respeito às externalidades:

[...] o governo deve intervir, restringindo os agentes econômicos responsáveis pela geração de externalidades negativas. O mecanismo seria o uso da tributação ou de legislação específica, dificultando e tornando mais custosa a ação do agente responsável por efeitos nocivos do ponto de vista social (ARAÚJO JÚNIOR, 1996, p. 12).

Coase criticou essa interpretação convencional de Pigou, indicando que “se não existissem obrigações legais para o fazendeiro, e se os custos de transação fossem zero, os dois fazendeiros poderiam chegar (firmar) a um ‘acordo mutuamente benéfico’”. Para chegar a essa inferência,

[...] Coase ponderou sobre o que aconteceria se o judiciário condenasse o fazendeiro pelo dano causado pelo seu gado. Os economistas imaginavam que o tamanho do rebanho seria afetado. Mas, Coase demonstrou que a única coisa afetada seria a riqueza do pecuarista e do agricultor. A quantidade de gado e o prejuízo sobre a plantação permaneceriam iguais. Nesse caso, o agricultor insistiria que o pecuarista lhe pagasse pelo menos três dólares pelo direito de ter um animal extra se movimentando em sua fazenda. Mas, como esse animal valia apenas dois dólares para o pecuarista, ele estaria disposto a pagar somente até dois dólares por esse direito. Desse modo, o rebanho não seria aumentado – o mesmo resultado que teríamos se o pecuarista não fosse condenado (COASE, 1960, p. 29).

O problema da externalidade para Coase é simétrico. Se **A** causa danos a **B**, restrições a **A** em benefício de **B** causam danos a **A**. A questão fundamental é saber dos males qual o menor, em termos de custo social, olhando a situação em sua totalidade (PIGOU, 1932).

Para Coase (1960), na ausência de custos de transação, este problema será resolvido pela troca voluntária, independentemente da distribuição de direitos entre as partes. A única condição é que “os direitos de propriedade” estejam bem definidos. Este é o chamado Teorema de Coase, termo cunhado por George Stigler (ARAÚJO JÚNIOR, 1996).

De acordo com o mesmo autor, o raciocínio econômico de Coase é o seguinte:

Se os direitos de propriedade estão bem definidos e os custos de transação são nulos, há a possibilidade de contratos voluntários. A melhor situação para ambas as partes será atingida por livre negociação (acordo benéfico à ambas as partes). O uso dos recursos não depende da alocação inicial em termos de direitos e obrigações, sendo a produção sempre eficiente (1996, p. 13).

Essa descoberta mostrou para Coase (1960) que a interferência do governo era mais fraca do que pensavam os economistas. Ou seja, nas sociedades que operam fora das condições ideais do mercado (direitos e obrigações bem definidos, num mundo de custos de transação nulos), a ação do governo, via regulamentação, tributação ou subsídios, pode levar a uma alocação de recursos mais eficiente que o mercado, uma vez que a transferência de direitos via contrato não ocorre sem custos. Todavia, a ação governamental nem sempre conduz a uma alocação que seja a mais eficiente possível.

Os economistas ficaram entusiasmados com o Teorema de Coase porque este possibilitou “olhar de modo diferente para vários assuntos”, gerando, inclusive, uma demonstração empírica da economista H. Elizabeth Peters. Esta economista, tomando como exemplo o caso do divórcio, mostrou isto: se um país possui barreiras tradicionais ou facilidades para o divórcio, não afeta a taxa de divórcios. Isso contraria o senso comum, mas está de acordo com o Teorema de Coase (COASE, 2008).

Coase também perturbou o saber estabelecido quanto aos bens públicos, dando como exemplo os faróis. Ele mostrou “que os faróis na Inglaterra do século XIX eram privados e que os navios pagavam por seu uso quando chegavam ao porto” (2008, p. 3).

Ronaldo Coase e Guido Calabresi foram os precursores do movimento de *Law & Economics*. Este movimento, em sua segunda edição, “ganhou atenção com Richard Posner (1973) e a publicação de *The Economic Analysis of Law*” (GODOY, 2007, p. 8). De acordo com este autor, “o direito, para a escola de Posner, deve maximizar a economia, multiplicando a riqueza e o bem-estar econômico” (2007, p. 1).

A teoria de *Law & Economics*, desenvolvida pela Escola de *Law & Economics*, aplica os princípios econômicos da racionalidade e da eficiência alocativa, visando “explicar a conduta humana e como a legislação estimula ou não tais comportamentos na formação, estrutura e processos das relações sociais” (MERCURO; MEDEMA, 2006, p. 3). Também, procura entender o impacto econômico no Direito e nas instituições legais, e o impacto do Direito na Economia.

A maior parte desse movimento “vê o Direito como um conjunto de incentivos para determinar o comportamento humano por meio do sistema de preços” (PINHEIRO; SADDI, 2004, p. 14). Ainda, para estes autores:

O jurista não pode, em sua consciência, desprezar o imenso ferramental das outras ciências que lhe possibilita compreender melhor a conduta humana. O Direito é por excelência um indutor de condutas; assim, a interseção entre os fenômenos econômicos e jurídicos deve perseguir o mesmo ideal de todas as áreas do conhecimento, qual seja promover a justiça e a equidade do sistema social como um todo (2004, p. 15).

O movimento de *Law & Economics* é considerado um movimento de raízes americanas, mas “suas origens internacionais se devem a economistas clássicos como Adam Smith e Jeremy Bentham, posteriormente Arthur Pigou, Friedrich Hayek, Leoni e Ronald Coase tiveram uma participação dominante no movimento, assim como Max Weber” (POSNER, 2000). Portanto, *Law & Economics* não é hoje um movimento anglo-americano, tampouco um fenômeno da globalização. Não se pode compreender, por exemplo, o regime de direitos de propriedade sem analisá-lo à luz dos acontecimentos

ocorridos recentemente, no Leste Europeu, envolvendo sistemas jurídicos e economias.

Os estudos comparativos entre várias jurisdições permitem entender melhor a natureza econômica de certos fenômenos e suas consequências jurídicas. A partir de Richard Posner, um dos expoentes da Escola de *Law & Economics*, tem início o segundo movimento *Law and Economics*, que defende princípios como os da eficiência e o consenso do modelo neoclássico ordenalista subjetivista, com a ruptura ou (re)aproximação ao (Estado de) Direito contemporâneo. Esse segundo movimento, sim, surgiu em meados do século XX, de forte opção político-ideológica proveniente da Universidade de Chicago, e teve como *locus* inicial de aplicação da microeconomia neoclássica subjetivista no Direito. Ele “evoca para si um conceito restrito de ciência, a partir do individualismo metodológico, e um conceito matematizado e purificado de economia, como ciência de meios, focada na escassez e no subjetivismo marginalista a partir de L. Robbins” (COPETTI NETO; MORAIS, 2011, p. 56).

Assim teve lugar “a expansão da crítica ordenalista neoclássica subjetivista à era progressista, a reestruturação da preferência pelo comando do mercado – como mecanismo fidedigno à alocação de recursos ao posto do estado –, o que desencadeou o segundo movimento *Law and Economics*” (2011, p. 56). Com a internacionalização do conhecimento jurídico, abre-se o campo para *Law & Economics* de forma radical, assim compreendido por Armando Castelar Pinheiro e Jairo Saddi:

Se quase todas as áreas do conhecimento podem ser estudadas à luz da ciência econômica, ainda mais, o direito. Inicialmente, áreas diretamente relacionadas, tais como concorrência, regulação dos mercados financeiros, matéria tributária e assim por diante se ofereciam como campos férteis para *Law & Economics*, hoje, o movimento se expande para áreas tradicionalmente reservada aos juristas, como, por exemplo, Direito de Família, Direito Ambiental e assim por diante (2004, p. 12).

A integração Direito e Economia como uma disciplina curricular não é um assunto novo, a aplicação prática de *Law & Economics* ao

Direito é discutida desde 1960. O que é novo, o que é recente é o seu ensino e popularização de sua leitura no Brasil.

A INTERDEPENDÊNCIA DIREITO E ECONOMIA

A mundialização econômica e cultural na década de 80 do século passado e a Constituição Federal de 1988 possibilitaram ao Poder Judiciário o alargamento das fronteiras e novos desafios a serem enfrentados pelo Direito e a Economia. O Direito pela própria natureza de alguns dispositivos ‘abertos’, no sentido de vagueza e abrangência, propiciou que a sua interpretação da nova Carta Constitucional se tornasse mais ampla. De acordo com Pinheiro e Saddi (2004, p. 3-4), “a conjunção de dispositivos abertos e a crescente hegemonia do Poder Executivo resultou no que há de mais nefasto no sistema moderno: um enorme *déficit* nas contas públicas, tanto interno quanto externo, sem a contrapartida do crescimento econômico”.

Essas diferenças constituem um paradoxo complexo e quase insolúvel, assim resumidas:

Na realidade, para neutralizar o risco de crises de governabilidade não cabe ao sistema judicial pôr objetivos como disciplina fiscal acima da ordem jurídica. Zelar pela estabilidade monetária é função do sistema econômico. Como o papel do sistema judicial é aplicar o direito, ele só está preparado para decidir entre o legal e o ilegal. Evidentemente, o sistema judicial não pode ser insensível ao que ocorre no sistema econômico. Mas só pode traduzir essa sensibilidade nos limites de sua capacidade operativa. Quando acionado, o máximo que pode fazer é julgar se decisões econômicas são legalmente válidas. Se for, além disso, a Justiça exorbitará, justificando retaliações que ameaçam sua autonomia. Como os juízes poderão preservá-la, se abandonarem os limites da ordem jurídica? Por isso, quando os tribunais incorporam elementos estranhos ao direito, eles rompem sua lógica operativa e comprometem os marcos legais para o funcionamento da própria economia (FARIA, 2004, p. A-2).

Por outro lado, não se pode ignorar que os sistemas jurídico e econômico estão articulados ao sistema político. No caso do Brasil, pode-se observar que o sistema político usa a confusão e/ou o

distanciamento, o isolacionismo existente entre Direito e Economia. Nesse sentido, é o exemplo fornecido por Pinheiro e Saddi:

O sistema político nacional ao 'considerar os Tribunais Superiores não como Cortes da federação com a função de controlar o sistema constitucional, mas como simples tribunais de justiça de terceira ou quarta instância às partes, o sistema judicial brasileiro apresenta uma disfunção intrínseca grave' (2004, p. 4).

No entendimento desses autores, num sistema democrático, resolver (e reformar) tal estrutura de solução de conflitos é imperativo e urgente. Os juizes, como tantos outros demais profissionais, não podem continuar sendo tratados como simples assalariados, pelo sistema político.

A fragmentação das ciências está na origem do distanciamento entre as áreas específicas do saber, como ocorre com Direito e Economia. No entanto, hoje, se compreende a necessidade de ampliar as fronteiras entre uma e outra ciência humana como ponto de partida para encaminhar o debate. Essa necessidade de aproximação entre Direito e Economia já era compreendida pelo Juiz Oliver Holmes, da Suprema Corte dos EUA, no final do século XIX. Muito originalmente, o Juiz Holmes afirmou que “para o estudo racional da lei, o homem das letras pode ser o homem do presente, mas o homem do futuro é o homem das estatísticas e o senhor da economia” (HOLMES, 1897, p. 457-474).

Na contemporaneidade, seja pela necessidade de estabilidade econômica, reconhecida como necessária a um sistema legal eficiente, seja por meio da estabilidade das normas, igualmente reconhecida como imprescindível ao desenvolvimento econômico, é preciso aproximar Direito e Economia (PINHEIRO; SADDI, 2004).

A disciplina Direito e Economia pode ser conceituada como “um corpo teórico fundado na aplicação da Economia às normas e instituições⁷³ jurídico-políticas” (SALAMA, 2008, p. 3).

Conhecidos os entendimentos de Posner, Mercurio e Medema, entre outros autores, sobre Direito e Economia, observa-se ser comum

73 Instituições, no sentido dado por Douglas North “são as regras do jogo em uma sociedade, ou, mais precisamente, são as restrições que moldam as interações humanas... (sendo) perfeitamente análogas às regras do jogo em uma competição esportiva” (cfr. SALAMA, 2008, p. 3).

o estudo de duas dimensões ou níveis epistemológicos da disciplina Direito e Economia: a dimensão positiva (ou descritiva) e a normativa (ou prescritiva).

Direito e Economia na dimensão positiva estão relacionados aos conceitos microeconômicos úteis à análise do Direito. Segundo Cooter (1982), esse argumento possui três versões principais: a reducionista, a explicativa e a preditiva.

A versão reducionista sugere que o Direito possa ser reduzido à Economia, e que as categorias jurídicas tradicionais (direitos subjetivos, deveres jurídicos, culpa, negligência, outros) possam ser substituídas por categorias econômicas. Cooter (1982) considera essa versão “inaceitável”.

A segunda versão diz respeito à capacidade explicativa da teoria econômica. “A Economia seria capaz de prover uma teoria explicativa da estrutura das normas jurídicas. A ideia é de que os sistemas jurídicos poderiam ser compreendidos como sendo a resultante das decisões de maximização de preferências das pessoas em um ambiente de escassez” (1982, p. 1260). No entendimento de Cooter, a Economia explica o Direito, mas não chega a uma explicação completa, tendo em vista não captar toda a realidade subjacente.

Na versão preditiva, o argumento é o de que a Economia pode ser aproveitada para prever as consequências das diversas regras jurídicas. Neste caso trata-se da tentativa de identificar os prováveis efeitos das regras jurídicas sobre o comportamento dos atores sociais relevantes em cada caso. Nesse campo, a disciplina Direito e Economia retira as consequências do fenômeno jurídico da periferia, trazendo-as para o centro do debate. Entretanto, como o poder explicativo da teoria econômica é mais forte em alguns campos do que em outros, o poder preditivo também sofre limitações. Significa que a “lógica econômica” é mais útil para analisar o comportamento dos agentes em algumas áreas do direito do que em outras.

A partir dessas versões do Direito e Economia Positiva, Cooter (1982) considera que um dos possíveis panos de fundo para o Direito e Economia, e o mais proveitoso, é a Teoria Neoinstitucionalista, da qual surgem três ideias importantes:

a) “o reconhecimento de que a Economia não tem existência independente”, ou seja, de que a história importa, pois cria contextos culturais, sociais, políticos, jurídicos etc. que tornam custosas, e às vezes inviáveis, mudanças radicais – o que se convencionou chamar de “dependência da trajetória” (NORTH, 1990, p. 3-4);

b) “o reconhecimento de que a compreensão do Direito pressupõe uma análise evolucionista e centrada na diversidade e complexidade dos processos de mudança e ajuste” (daí a importância da abertura para todas outras disciplinas além da Economia). Também, pressupõe a utilidade da Teoria da Escolha Racional (parte da premissa de que o comportamento humano tem fins instrumentais – ao se deparar com um conjunto de opções ou oportunidades, o indivíduo toma as decisões que lhe pareçam mais adequadas para atingir seus objetivos); e da Teoria dos Jogos⁷⁴, “considera interações dinâmicas entre indivíduos que procuram maximizar seus resultados considerando as expectativas de decisões dos outros indivíduos com os quais interage” (SALAMA, 2008, p. 7) para estudar a complexidade dos processos de ação e decisão coletiva. O Equilíbrio de Nash:

Dois jogadores A e B estão em um Equilíbrio de Nash se a estratégia adotada por A é a melhor dada à estratégia adotada por B e a estratégia adotada por B é a estratégia ótima dada a adotada por A. Ou seja, nenhum dos jogadores pode aumentar seu ganho alterando, de forma unilateral, sua estratégia (ALVES, 2007, p. 3).

c) “a preocupação de ir além da filosofia prática e especulativa”, com vistas à compreensão do mundo tal qual ele se apresenta (o que conduz ao estudo das práticas efetivamente observadas e do Direito tal qual de fato aplicado) (SALAMA, 2008, p. 6-7).

A teoria dos jogos possibilita “a análise de comportamento estratégico em que os tomadores de decisão interagem, sendo o resultado de suas ações depende também das ações dos outros” (HILBRECHT, 2014, p. 115). Essa teoria assume que os jogadores

74 Teoria dos Jogos e Equilíbrio de John Forbes Nash compartilhou o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1994, com Reinhard Selten e John Harsanyi. John Nash teve sua vida retratada no Filme “Uma Mente Brilhante” (vencedor de 4 Oscars, das 8 indicações), apresentou seu gênio para a Matemática e sua luta contra a esquizofrenia (FREIRE, 2014).

são: racionais – sabem quais são seus objetivos e preferências; as limitações e restrições relevantes às suas ações; conseguem escolher a melhor ação possível dados seus objetivos e preferências e respeitadas às limitações e restrições relevantes.

De acordo com este autor, a teoria dos jogos tem sido crescentemente utilizada no Direito por dois motivos principais: a) “prevê uma estrutura de análise útil para prever o impacto de leis, constituições, normas social, na sociedade, pois estas representam restrições ao comportamento das pessoas”; b) “avalia as consequências das leis, a teoria dos jogos pode ajudar profissionais das áreas jurídicas a desenham sistemas legais para que os objetivos desejados sejam mais facilmente alcançados” (2014, p. 115-116).

Realizando um paralelo entre Direito e Economia, Salama (2008, p. 49) refere que “na sua essência o Direito é verbal, hermenêutico, almeja a justiça e analisa questões sob o enfoque da legalidade. A Economia, embora também verbal, é primordialmente matemática [...] e examina questões tendo em vista o custo”.

A relação entre Economia e Direito existe desde as sociedades mais antigas, embora hoje essa articulação se coloque como um desafio a ser enfrentado com conhecimento.

Para lembrar quão estreita é a ligação entre Economia e Direito, apresentam-se a seguir, conforme estudos de Hilbrecht (2014), Cateb e Pimenta (2014), Carvalho (2014) e outros autores, alguns aspectos aproximativos entre estas duas áreas, mencionando elementos econômicos contidos nos ramos do Direito: Constitucional, Civil, do Trabalho, Empresarial e Tributário.

O Direito Constitucional no Brasil, até o advento da Constituição Federal de 1988, nunca foi analisado como deveria. Com a promulgação da nova Carta Constitucional do País, passaram a emergir pesquisas e interpretações, focalizando seus princípios e normas. A Constituição Federal, por exemplo, limita toda e qualquer atividade econômica exigindo a defesa do consumidor, nos seus arts. 5º, XXXII e 170, V (CF/88). Mas ainda revela-se como uma área que carece de maiores estudos.

O Direito Civil como ramo do Direito Privado trata da regulamentação jurídica da pessoa e dos direitos que lhe são próprios e na condição de sujeito de um patrimônio. A Economia trata de uma parte dos bens abrangidos pelo Direito Civil: os chamados valores materiais (Direitos Reais e Direitos Obrigacionais) são os mesmos bens de que trata a ciência econômica. Também é relevante mencionar, no que tange aos Direitos Obrigacionais, a relação entre a aproximação do Direito a Economia e a sua aplicação ao direito contratual e aos contratos. Pinheiro e Saddi (2004) reportam a “teoria econômica dos contratos”, adotando a visão do contrato eficiente, isto é, se o compromisso for acreditável. A inadimplência ou ruptura do contrato funcionam como incentivadores ao seu bom desempenho e ao respeito às regras contratuais pelas partes contratantes.

Os arts. 389 (perdas e danos), 949 e 950 (lesão ou outra ofensa à saúde) do Código Civil são exemplos normativos a esse incentivo (CC/02). Nesses artigos observa-se a preocupação do legislador com a falta de adimplemento e os prejuízos advindos às partes e a necessidade de proteger a parte prejudicada. A eficiência contratual é incentivada e protegida, quem a descumpre dá causa à ineficiência do contrato e deve pagar por isso (CARBONERA, 2012).

Ainda, segundo esse autor, “os contratos devem apostar mais no cumprimento contratual, no seu adimplemento, do que no oposto, por que assim nem seria necessário ser feito o contrato. Se não se tivesse quase certeza do seu adimplemento não há necessidade das partes assiná-lo” (2012, p. 11). O arts. 156 e 157 (CC/02) também celebram o estado de perigo e a lesão como formas de desequilíbrio contratual, com base na teoria da imprevisão (PINHEIRO; SADDI, 2004). Com relação a essa teoria, na atual concepção de contratos, Caio Mário da Silva Pereira sumaria as seguintes imprevisões:

- a) a vigência de um contrato de execução diferida ou sucessiva;
- b) alteração radical das condições econômicas objetivas no momento da execução, em confronto com o ambiente objetivo no momento da celebração;

c) onerosidade excessiva para um dos contratantes em benefício para o outro;

d) a imprevisibilidade daquela modificação (1997, p. 145).

Entre as imprevisões listadas por Pereira (1997), a letra (b) refere-se às alterações econômicas havidas no decorrer do contrato, evidenciando a necessidade de aproximação de economia e direito, significando que um maior conhecimento de economia derivará em menores imprevisões nos contratos. Nesse sentido, esclarece Lopes (2009) que no caso de desequilíbrio superveniente à formação do contrato, que esse cause onerosidade excessiva e imprevisível para um dos contratantes, tem grande importância a aplicação da teoria da imprevisão:

A aplicação da Teoria da Imprevisão, consagrada no Código Civil vigente, tem grande importância na atualidade das relações contratuais, em que, inúmeras vezes, há a ruptura da situação verificada quando da celebração do contrato, pela superveniência de fatos imprevisíveis ou imprevisíveis, e um dos contratantes sofre os efeitos da onerosidade excessiva, podendo requerer, judicialmente, a resolução ou revisão do contrato (2009, p. 1).

Portanto, conforme o esclarecimento dessa autora, o Código Civil vigente prevê a possibilidade de exoneração das obrigações assumidas, por meio da resolução, ou a atenuação de suas consequências, mediante a revisão do contrato.

No Direito do Trabalho, há vários temas aproximativos com a Economia. O trabalho, o principal fator de produção econômico, relaciona Economia e Direito por meio da implantação de normas jurídicas que protegem este como a fonte de produção de bens e serviços indispensáveis à economia. Alguns pontos de contato entre Economia e o Direito do Trabalho são: remuneração e salário; participação do trabalho nos resultados da empresa; intervenção da justiça do trabalho nos reajustes salariais; garantia constitucional de boas condições de trabalho, irredutibilidade do salário, entre outros direitos dos trabalhadores garantidos no art. 7º e incs. (CF/88).

Beth Ahlering e Simon Deakin (2007, p. 865) chamam a atenção para as controvérsias doutrinárias geradas pela “extensão em que a facilidade de contratação e de demissão (e outras características do Direito do Trabalho) afeta a *performance* econômica ou influenciam a governança corporativa”.

O Direito Comercial ou Direito Empresarial. Não cabe aqui aprofundar a discussão sobre a existência de uma diferença entre estes ramos do Direito Privado. Contudo, pela relevância da relação entre a economia e o Direito Comercial ou o Direito Empresarial, cumpre esclarecer que o ordenamento jurídico brasileiro, inspirado no Código Comercial Francês de 1808, adotou a *Teoria dos Atos do Comércio*. No século XX, novas atividades ganham maior importância para a economia mundial, surgindo com Cesare Vivante, na Itália, a *Teoria da Empresa*, inspirando a reforma da legislação comercial em vários países (COMETTI, 2007).

De acordo ainda com esse autor, no Brasil, com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a Teoria da Empresa foi incorporada no ordenamento jurídico pátrio. Para esta teoria, a identificação do sujeito das normas de Direito Comercial não se dá mais em razão da atividade por ele explorada, mas em razão da “forma como o sujeito explora a sua atividade”. Portanto, o que caracteriza o empresário é a forma pela qual ele explora essa atividade. Se o sujeito atuar com profissionalismo, visando ao lucro (atividade econômica) e organizando os fatores de produção (atividade organizada), será considerado um empresário, submetendo-se a certas normas que somente a ele serão aplicadas, como a Lei de Falência e Recuperação de Empresas. Assim, a diferença entre Direito Comercial e Direito Empresarial não é meramente metodológica. Nem todo aquele que era um comerciante pela Teoria dos Atos de Comércio pode ser hoje considerado um empresário pela Teoria da Empresa. A diferença está nos critérios estabelecidos em cada uma dessas teorias para a devida identificação de sujeitos e atividades (COMETTI, 2007).

Contudo, importa lembrar que no Direito Societário “o pressuposto das sociedades empresárias é o de aproximar investidor, de um lado,

e produção, de outro, preferencialmente com limitação do risco e da responsabilidade”, daí se tornar fundamental apreciar a lei comercial sob a óptica da análise econômica do direito (CATEB; PIMENTA, 2014, p. 225-226).

Segundo White (1996, p. 467), no Direito Falimentar, no que tange à falência de sociedades empresárias, “a reorganização de empresas, a liquidação, o recomeço econômico (*fresh start*) na tradição norte-americana e à medida que metas de emprego devem prevalecer em falências na tradição jurídica francesa têm sido analisadas por economistas do direito”. Por sua vez, Kenneth Ayotte e Hayong Yun (2009, p. 2) referem que “a forma como as diferentes normas de Direito Falimentar afetam mercados de crédito, *performances* contratuais e o ambiente de negócios também tem despertado a atenção”.

No Direito Tributário, são diversas as aplicações oferecidas pela Análise Econômica. Segundo Carvalho (2014), a aplicação da escola de pensamento e do método interdisciplinar conhecido como Análise Econômica do Direito ou, simplesmente, Direito e Economia à tributação é prática corriqueira entre os acadêmicos e profissionais norte-americanos dedicados ao tema.

Com a abordagem desses ramos do Direito, dentre os vários existentes, a intenção foi proporcionar uma breve visão da relação do Direito e Economia e de como o conhecimento da ciência econômica pode contribuir para a investigação do fenômeno jurídico, principalmente quando há o envolvimento de fatos econômicos e o patrimônio.

Contudo, nem todas as implicações da economia no Direito podem ser percebidas e/ou visualizadas, principalmente quando novas leis são editadas para fazer face às externalidades econômicas, *i.e.*, quando o consumo e/ou a produção afetam os consumidores e/ou produtores, em outros mercados. Por exemplo, a poluição produzida por empresas impõe os custos da fumaça, de rios insalubres, de ruído, a uma parcela expressiva da sociedade. Por isso, as externalidades dão base à criação de leis antipoluição, de restrições quanto ao uso da terra, de proteção ambiental...

Maria Tereza L. Mello e Heloisa Lopes B. Esteves chamam a atenção para as diversas dificuldades existentes para o trabalho interdisciplinar em Direito e Economia:

Em primeiro lugar, existe uma série de *diferenças* entre as disciplinas – diferentes linguagens, diferentes planos de análise, diferentes prioridades, diferentes sentidos atribuídos aos mesmos termos – que precisam ser identificadas e compreendidas. Uma análise interdisciplinar deve ser capaz de superá-las – *i.e.*, de uniformizar os conceitos analíticos utilizados e estabelecer canais de comunicação (2014, p. 2).

Entretanto, para alguns autores, uma das grandes dificuldades para um trabalho interdisciplinar nesse sentido, é a resistência a incorporar a análise de efeitos reais às análises jurídicas. Para vencer tal resistência, a análise interdisciplinar Direito e Economia deveria ter como foco:

[...] abordar a questão da **eficácia** das normas jurídicas, mas numa dimensão *substantiva*, indagando-se por que, como e em que condições as normas constituem motivo de conduta regular dos agentes econômicos, cotejando os objetivos originariamente desejados pelo legislador com os resultados efetivamente gerados (FARIA, 1993, p. 97).

Com isso, segundo Mello e Esteves (2014), supera-se a falta de atenção aos efeitos reais das normas.

IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA PARA O ESTUDANTE DE DIREITO

O Direito como ciência jurídica lida com as relações da sociedade. Essas relações quase sempre passam por problemas econômicos, daí a necessidade de o estudante de Direito conhecer os detalhes e forças econômicas envolvidas em processos como: planos econômicos e sociais, política monetária e creditícia, políticas salariais, de renda, de riqueza, de emprego, de consumo, mercado de trabalho, taxas diversas, aplicação do Direito Econômico nos tribunais brasileiros, e assim por diante.

O Direito garante ao homem o trabalho para sua subsistência e a liberdade de trabalhar e de ter determinadas iniciativas na vida individual. Nessa direção, lembram-se as disposições constitucionais sobre os direitos e garantias fundamentais, tutelados no art. 5º da Constituição Federal de 1988. Não se pode esquecer, também, os direitos sociais estabelecidos no art. 6º, os direitos dos trabalhadores relacionados no art. 7º da Carta Magna e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que a própria ordem econômica (art. 170, CF/88) é norteadada por princípios constitucionais, os princípios gerais da atividade econômica (livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, busca do pleno emprego, outros).

A ordem econômica é um efeito do Direito como todo fato social. Se ao Direito incumbe organizar a ordem social e se dentro da ordem social inclui-se também a Economia, é fundamental que o estudante de Direito conheça os vínculos que várias disciplinas jurídicas têm, no ponto de vista legal, com a Economia.

Na Economia de Mercado, uma legislação clara e objetiva é essencial ao desenvolvimento das atividades econômicas e à proteção do consumidor. Sem direitos de propriedade bem definidos é difícil à realização de trocas e, em consequência, o desenvolvimento econômico.

Portanto, o conhecimento da relação entre Direito e Economia é de fundamental importância para o acadêmico de Direito e para o desempenho profissional de advogados, economistas e demais profissionais envolvidos na tomada de decisões.

Os conhecimentos oriundos das disciplinas de Economia e de Direito Econômico são indispensáveis às especializações com objetivo imediato. De acordo com Souza (2012), “não devemos tomá-los apenas para os exemplos das grandes empresas, pois em cada pequena comarca, o abuso do poder econômico pode ser praticado, desafiando os seus princípios”. Nos contratos, por exemplo, há flagrantes do uso das relações de poder, para pressionar a realização de contratos de compra e venda de imóveis. Esses contratos têm evidenciado proveito à parte compradora que aspira à exploração

imobiliária. Juntam-se, nesses casos, contratos que beneficiam os procuradores das partes vendedoras.

Também tem-se evidenciado que vendedores de um imóvel, embora na sua posse, se veem de mãos atadas, devido a contratos mal redigidos, lacunosos, assistidos por procurador, sendo de se supor serem elaborados e assinados para não serem cumpridos. Ignora-se a Justiça, ignoram-se os arts. 5º, II e XXIII (função social da propriedade), e 170 (no que diz respeito à ordem econômica e a existência digna), ferindo esses e outros dispositivos constitucionais.

Petições hoje requerem brevidade, clareza e objetividade na exposição dos fatos. Quando os processos sobem aos Tribunais Superiores, são improvidos por falta de pré-questionamento. Advogados aconselham ao cliente se restringir aos fatos, as razões motivadoras de ocorrências ficam desconhecidas para prejuízo dos recorrentes e/ou embargantes. A doutrina vem apontando essa lacuna, e a jurisprudência do próprio STF vêm decidindo pelo improvimento de recursos, aos quais falta o requisito do prequestionamento.

Por isso mesmo, advogados, promotores e juízes devem estar preparados a respeito dos conhecimentos do Direito Econômico na Justiça Comum (SOUZA, 2012).

Não há necessidade de o estudante de Direito se distanciar dos estudos disciplinares para encontrar fortes razões para visualizar que tanto o Direito quanto a Economia fazem parte da vida cotidiana de cada indivíduo. Nesse sentido, poder-se-ia citar o Direito do Consumidor, por meio do qual o Estado interfere na Economia e, por meio da inversão do ônus da prova, cria um elemento de equilíbrio para o consumidor que entra na Justiça para recompor seu direito. Mas antes e acima do Direito do Consumidor e de outros direitos que envolvem a vida cotidiana das pessoas, há o Direito Constitucional.

Para lembrar a relação deste ramo do Direito com a Economia, cita-se que a Constituição Federal de 1988 nos arts. 1º, III e IV, 5º, *caput* e incs. XXII, XXIII, 6º, 7º e 170, traz normas que disciplinam a vida dos brasileiros e possibilitam uma visão da integração do Direito e da Economia na vida cotidiana de cada indivíduo, pois não dizem

respeito apenas ao controle social, mas também à sobrevivência, ao viver com dignidade. E mais:

No âmbito da literatura econômica, embora seja crescente a incorporação de elementos institucionais (incluindo o Direito) como objeto de estudo, as abordagens, com frequência, se limitam a aplicar seus próprios instrumentos analíticos ao Direito sem compreendê-lo, *i.e.*, sem compreender o processo de formulação e implementação das normas, e tampouco os mecanismos através dos quais esse conjunto de elementos jurídico-institucionais, afeta decisões dos agentes econômicos. Raras são as tentativas efetivas de tratamento conjunto de problemas comuns (ESTEVES; MELLO, 2009, p. 1).

Os sistemas jurídicos repercutem nos fatores que determinam o desempenho econômico. O conhecimento das implicações da Economia no Direito é fundamental. É necessário que se compreenda que a existência de lacunas na relação entre o pensamento de economistas sobre o Direito fere os direitos fundamentais do indivíduo e traz prejuízo às coletividades.

Se de um e de outro lado existem dificuldades de entendimento, os economistas “têm a vantagem de enxergar as leis como sistemas de incentivos e considerar seus efeitos no mundo real”, mas há um vazio do pensamento econômico sobre o Direito (MELLO, 2006, 2013).

Esse *gap* é identificado por Arida (2005), como uma falta de entendimento sobre a *historicidade* da norma, entendida como *o modo de ser da norma no mundo histórico*, incluindo não apenas como a norma evoluiu historicamente, mas como poderia *vir a evoluir* em circunstâncias diferentes, conforme tenta explicar:

O pensamento econômico encontra dentro de seu próprio movimento os conceitos que lhe permitem captar o efeito da norma sobre a vida econômica; é também capaz de entender a evolução da norma como adaptação às vicissitudes da vida econômica ou como resultante da ação de grupos de interesse; não é, no entanto, capaz isoladamente de compreender a evolução da norma quando decorrente de dinâmicas normativas ou internas ao próprio sistema jurídico (ARIDA, 2005, p. 61).

Essa falta de compreensão da evolução da norma e suas relações sistemáticas com outros elementos do sistema jurídico são percebidas pelo autor como a maior lacuna do pensamento econômico sobre o Direito.

Dada certa tendência “expansionista” da Economia – de aplicar seus próprios métodos analíticos a todo e qualquer objeto de outras áreas e a todo tipo de comportamento, incluindo comportamentos “fora do mercado” –, essa lacuna apontada por Arida leva a que, para a maioria dos economistas, inclusive os acadêmicos, a lógica jurídica não ter sentido, não ter função socialmente relevante.

DESMISTIFICAÇÃO E RECEPTIVIDADE DA DISCIPLINA DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL

Reservou-se este tópico para apresentar e desmistificar alguns mitos sobre a interdisciplinaridade do Direito e Economia geradores de resistência a considerações dos efeitos da realidade sobre as análises jurídicas, bem como para falar sobre a receptividade desta disciplina na doutrina brasileira.

Longe de qualquer academicismo despropositado, descrevem-se os mitos existentes com relação ao Direito Econômico e que distanciam a compreensão da necessidade de um debate sobre a interdisciplinaridade entre Direito e Economia no Brasil a partir da receptividade da disciplina Direito e Economia.

Tomando-se por base a produção bibliográfica nos últimos anos, conclui-se que há resistência a uma recepção homogênea da disciplina Direito e Economia no País, em parte devido aos mitos existentes sobre Direito Econômico e, em parte, devido à incompreensão das diversas correntes da *Law & Economics* na literatura jurídica brasileira. Além disso, outros fatores explicam a falta de abertura disciplinar ter sido ignorada nos meios acadêmicos.

As teorias que procuravam explicar o Direito Econômico e o papel do Estado na economia capitalista, forjadas antes da década de 1990, tornaram-se defasadas, insuficientes e inadequadas para o século XXI. A profunda transformação das economias tradicionais em

economia globaliza, de mercado, levou a superação de três mitos que atormentavam os economistas e juristas no século XX:

- a) O mito de que a Intervenção do Estado na economia seria a negação do Capitalismo, uma deformação do modo de produção, ou ainda a sua socialização;
- b) O mito de que a Intervenção do Estado seria a concretização da justiça no capitalismo, a correção de rumos necessária para alcançar-se o equilíbrio social, seria a versão definitiva e mais aperfeiçoada do capitalismo liberal;
- c) O mito de que teria havido um período de abstenção estatal na economia capitalista (AGUILLAR, 2009, p. 1).

De conformidade com esse autor, esses mitos apenas puderam ser desmistificados com os fatos recentes da economia mundial. Hoje, proposições dessa natureza perderam força, sendo possível entender com maior clareza o papel do Estado no sistema capitalista e suas oscilações. Dessa forma, “o mito de que a intervenção estatal era uma exceção à regra, mesmo uma perversão do jogo, dissolve-se bruscamente”. As evidências são claras: a maior presença do Estado na economia capitalista é em regra uma demanda do próprio sistema, assim como sua eventual retração. A ação econômica estatal é influenciada por inúmeros fatores que respondem pelos de manutenção do regime de mercado.

Prosseguindo na análise apresentada pelo autor, tem-se que a pretensão de atribuir ao agente econômico capitalista a função de considerar os interesses gerais é inverossímil. O agente econômico capitalista não é obrigado a levar em conta outro interesse que não o seu. É errônea a concepção de que a mudança do papel do Estado altera a lógica do capitalismo e de seus agentes. O empresário de hoje não difere, em sua postura, do empresário de há duzentos anos.

O mito de que teria havido um período de abstenção estatal na economia segue o mesmo destino dos dois primeiros. Aqui se encontra a chave para entender a origem da disciplina do Direito Econômico. O conteúdo da disciplina do Direito Econômico “está intimamente

relacionado ao papel desempenhado pelo Direito e pelo Estado na concertação política que escolhe as formas de organização econômica da sociedade, particularmente na vivência do fenômeno jurídico das sociedades ocidentais capitalistas” (AGUILLAR, 2009, p. 9).

O Direito não deixa de estar em sintonia com a crise das ciências sociais e do excesso de fragmentação do conhecimento jurídico em diversas especificidades. A desintegração disciplinar entre Direito e Economia, em grande parte, se deve à forte influência da escola *Law & Economics*, surgida no século XX nos Estados Unidos, pois diversas correntes buscam explicar o fenômeno econômico e propor medidas para corrigir distorções geradas por normas de Direito Positivo, com fundamento em análises econômicas. Por outro lado, a preocupação excessiva com o estudo da norma tornou os juristas de países de tradição romano-germânica, como o Brasil, incapazes de lidar com questões complexas envolvendo uma economia globalizada e uma sociedade industrial funcionalmente diferenciada, marcada pelo desenvolvimento do capitalismo (ZANATTA, 2011).

Posner (1983) defendeu que regras e instituições jurídicas deveriam ser avaliadas com base na eficiência. De acordo com esse modelo teórico de mensuração, para que uma decisão fosse boa ou justa, bastaria que os benefícios gerados a uma das partes fossem suficientes para que se pudesse, potencialmente, recompensar a parte que tivesse obtido perdas com a decisão. A concepção de justiça de Posner apresentou falhas de incompatibilidade entre eficiência e a promoção de valores morais ou ideais de justiça, na visão dos críticos (COLEMAN, 1998; RAWLS, 2002).

Contudo, de acordo com a escola de New Haven, tendo como principal defensor Guido Calabresi, da Universidade de Yale, visualiza que a disciplina Direito e Economia – guiada pela eficiência, equidade e justiça – teria como objetivo definir a justificativa econômica da ação pública, analisar de modo realista as instituições jurídicas e burocráticas e definir papéis úteis para os tribunais dentro dos sistemas modernos de formulação de políticas públicas (SALAMA, 2011).

O ressurgimento do movimento *Law & Development*, a partir da década de noventa, concentrou-se no modo como as agências se

apropriam das ideias jurídico-econômicas. Desta forma, o projeto de reforma institucional, foi encoberto pelas bandeiras dos direitos humanos e da democracia. Para ambos, o Estado de Direito era um objetivo comum (TRUBEK; SANTOS, 2006).

Quanto à recepção da disciplina Direito e Economia no Brasil, faz-se necessário primeiramente esclarecer que Direito e Economia não se confunde com Direito Econômico. A este último falta a interdisciplinaridade, que ainda é novidade no Brasil (FAZENDA, 2008).

Everton Neves Gonçalves e Joana Stelzer (2007) defendem uma abordagem da Teoria Geral do Direito a partir da perspectiva econômica e advogam pelo princípio da eficiência econômico-social, diferente da posição defendida por Richard Posner que objetiva somente maximizar a riqueza.

Eugênio Battesini e Luciano Timm afirmam que o Brasil tem aderido ao programa de pesquisa do movimento Direito e Economia. Fenômeno visível nas principais universidades brasileiras (ZANATTA, 2011).

Ainda, para este autor, além da inserção da disciplina Direito e Economia na grade curricular e a criação de programas específicos de pós-graduação na área, surgiram diversas associações de Direito e Economia nas principais cidades do País. Atualmente, a bibliografia sobre o tema é escassa, mas vem crescendo. A produção científica em Direito e Economia tem como um dos precursores Armando Castelar Pinheiro. Partindo do conceito sobre os pontos de interação entre Direito e Economia, formulado por George Stigler, o economista passou a analisar o papel das instituições judiciais na determinação do ritmo e da forma do desenvolvimento econômico do País. Com a publicação do artigo “O Judiciário e a Economia no Brasil”, Pinheiro reforçou a necessidade de se estabelecer critérios de avaliações para um bom Judiciário (PINHEIRO, 2000).

Também apontou esse autor que o Judiciário pode acelerar o crescimento econômico por meio da proteção dos direitos de propriedade e intelectuais, evitando altos custos de transação,

ocasionados pelo mau funcionamento da Justiça. E conclui que o tamanho do impacto na economia em razão do mau funcionamento dos sistemas judiciais depende de dois conjuntos de fatores: a) o primeiro conjunto relaciona-se aos tipos de problemas sobre parcialidade, imprevisibilidade e morosidade; b) o segundo conjunto inclui a complexidade da economia, da disponibilidade e a da qualidade dos mecanismos que permitem aos agentes econômicos substituir o Judiciário por meios alternativos de resolução de conflitos. Além de apontar esses conjuntos de fatores, em outras pesquisas, referiu a fatores como o risco jurídico nos preços, o *spread* bancário e a alta taxa de evasão fiscal e insegurança jurídica para demonstrar quão fundamental são a independência e a eficiência do Judiciário para o crescimento econômico. Nesses escritos, utilizou-se de evidência empírica para defender a tese de que os empresários brasileiros não possuem entendimento sobre como o Judiciário afeta o desempenho econômico. E argumentou que economistas e juristas deveriam começar a “falar a mesma língua”, isto é, “economistas deveriam conhecer a realidade sobre os microfundamentos institucionais que alicerçam suas estratégias de desenvolvimento e os juízes deveriam conhecer as repercussões macroeconômicas de suas decisões” (PINHEIRO, 2003).

A partir de 2005, surgiram os primeiros livros sobre Direito e Economia, havendo nos últimos nove anos um aumento exponencial nas pesquisas sobre *Law & Economics* no Brasil. Nesse mesmo ano, além da obra de Zylbersztajn e Sztajn (2005), Pinheiro e Saddi (2005) publicaram o livro *Direito, Economia e Mercados*, apresentando ao leitor brasileiro importantes conceitos da análise econômica do Direito, principalmente as teorias de Coase e Posner. No Rio Grande do Sul, Luciano Timm organizou a obra *Direito e Economia*, na qual coordenou uma série de artigos sobre o tema. Nesse trabalho defende que “o direito importa para o funcionamento do mercado porque a eficiência das trocas econômicas depende de um baixo custo de transação e de uma clara atribuição de propriedade” (TIMM, 2005, p. 9). Em 2014, Timm lançou a 2ª edição da obra com o título *Direito e Economia no Brasil*, a qual afirma que a análise econômica do Direito, impossível

negar, continua controvertida, e não apenas no Brasil. Contudo, reforça-se que a disciplina se dissemina e ganha importância na formação dos estudantes, nas discussões acadêmicas e na atividade dos aplicadores do Direito.

CONCLUSÃO

Sem dúvida, o movimento *Law & Economics* é um grande campo interdisciplinar em Direito e Economia com diferentes abordagens. Priorizou-se neste artigo a tese da interdependência entre Direito e Economia, que admite a autonomia ora do Direito, ora da Economia, procura estabelecer relações entre ambos os fenômenos e o funcionamento harmonioso do sistema econômico que requer sempre um mínimo de regras de Direito, ao mesmo tempo em que os fenômenos jurídicos têm repercussões no sistema econômico, que engendram, regem ou normatizam.

Para além da fragmentação racionalista e especializada proposta pela disciplina Direito Econômico, a articulação entre Direito e Economia e a interdisciplinaridade jurídico-econômica implica a interrelação entre conceitos científicos de Direito e Economia. Nesta disciplina, a relação não é de análise de assuntos econômicos pelo viés dogmático do Direito, mas, sim, de uma nova teoria geral capaz de mesclar elementos da ciência jurídica e da ciência econômica, *i. e.*, fenômenos do mundo real e do mundo normativo.

Direito e Economia se fazem presentes no cotidiano das pessoas, no qual saberes ou práticas são utilizadas de forma simbiótica. O alheamento da interdisciplinaridade existente nega a interligação entre essas disciplinas. A questão é visualizar esses fenômenos com um novo olhar, o das vivências.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Fernando H. Os três mitos do Direito Econômico. VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DA USJT – Direito, Economia e Estado, de 25 a 29 de maio de 2009. **Anais...** São Paulo, 2009. Disponível em: <usjt.br/...anais-congresso-2009>. Acesso em: 25 nov. 2014.

AHLERIN, Beth; DEAKIN, Simon. Labor regulation, corporate governance, and legal origin: a case of institutional complementarity? **Law and Society Review**, v. 41, n. 2, p. 865-908, 2007.

ALVES, Rafael. **Roteamento baseado em crédito/punição**. Teoria dos Jogos: Equilíbrio de Nash. Redes de Computadores II, atualizada em 4/11/2007. Disponível em: <www.gta.ufrj.br/grad/07_2/>. Acesso em: 4 dez. 2014.

ARAÚJO JÚNIOR, Eurilton A. **Ensaio metodológico sobre Ronald Coase**: Teoria da firma e das instituições jurídicas. Dissertação, 1996, 102 fl. (Mestrado em Economia, EPGE/FGV-RJ). Rio de Janeiro: EPGE/FGV, 1996.

ARIDA, Pérsio. A pesquisa em direito e em economia: em torno da historicidade da norma. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel (Org.). **Direito e economia** – Análise econômica do direito e das organizações. São Paulo: Campus, 2005.

AYOTTE, Kenneth; YUN, Hayong. Matching bankruptcy laws to legal environments. **Journal of Law, Economics and Organization**, v. 25, n. 1, p. 2-30, 2009.

AZEVEDO, Maria Eduarda. **Temas de direito da economia**. Coimbra, PT: Almedina, 2013.

BRASIL. **Constituição**. Constituição Federal de 1988. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

_____. **Consolidação das leis do trabalho** – CLT. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARBONERA, Lucimar Luiz. A aproximação do direito e da economia e a relação destes com o direito contratual. **Júris Way**, 14/02/2012. Disponível em: <www.jurisway.org.br/ v2/>.

CARVALHO, Cristiano. Análise econômica da tributação. In: TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CATEB, Alexandre B.; PIMENTA, Eduardo G. Análise Econômica do Direito Societário. In: TIMM, Benetti (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. **Economica**, New Series, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.

_____. The Problem of Social Cost. **Journal of Law and Economics**, The University of Chicago Press, v. 3, p. 1-44, Oct. 1960. (Há várias versões em espanhol)

_____. Biografia Ronald Coase. **Ordem livre**, 24 jul. 2008. Disponível em: <ordemlivre.org/posts/biografia-ronald-coase>. Acesso em: 20 out. 2014.

COOTER, Robert. Law and the Imperialism of Economics in Introduction to the Economics Analysis of Law and a Review of the Major Books. **UCLA Law Review**, v. 29, p. 1260, 1982.

COPETTI NETO, Alfredo; MORAIS, José Luiz Bolzan. O segundo movimento *law and economics*, a eficiência e o consenso do modelo neoclássico ordenalista subjetivista a partir de Richard Posner: ruptura ou (re)aproximação ao (estado de) direito contemporâneo. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n. 4, p. 56-76, jan./jun. 2011.

CROCE, B. *Materialismo storico ed economia marxistica*. 5. ed. Bari: Laterza, 1927.

DEL VECCHIO, Giorgio. **Filosofia del derecho**. Tradução da 7. ed. original, Ant. J. Brandão. 23. ed. Coimbra, PT: Armenio Amado, 1951.

DUGUIT, Leon. **Os fundamentos do direito**. Trad. port.. Lisboa: Inquérito, 1939.

ESTEVES, Heloisa L. B.; MELLO, Maria T. L. **Os desafios da interdisciplinaridade em Direito & Economia**. IE/UFRJ, 2009. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2009>. Acesso em: 4dez. 2014.

FARIA, José Eduardo. **Direito e economia na democratização brasileira**. São Paulo, Malheiros, 1993.

_____. A justiça e os argumentos de ordem fiscal. **O Estado de S. Paulo**, 29-6-2004. p. A-2.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

FREIRE, Diego. John Nash fala sobre Teoria dos Jogos e novas pesquisas. **Agência FAPESP**, 2014. Disponível em: <exame.abril.com.br/tecnologia/>. Acesso em: 5 dez. 2014.

GICO JR., Ivo. Introdução ao direito e economia. In: TIMM, Benetti (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Direito e Economia: introdução ao movimento Law and Economics. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1509, 19 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10255>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

GONÇALVES, Everton N.; STELZER, Joana. O direito e a ciência econômica: a possibilidade interdisciplinar na contemporânea Teoria Geral do Direito. **Latin American and Caribbean Law and Economics Association Annual Papers**, n. 50027, v.1, 2007.

GUIMARÃES, Lucas N. M. R. Relações entre direito e economia no pensamento de Max Weber: Pequenas comparações com Rudolph Stammler e a análise econômica do Direito. XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza, CE, dias 09 a 12 de junho de 2010. **Anais...** Fortaleza, CE, 2010.

HILBRECHT, Ronald O. Uma introdução à teoria dos jogos. In: TIMM, Benetti (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HOLMES, Oliver W. The path of law. *Law Review*, Harvard, 10, p. 457, 469 e 474, 1897. In: PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Curso de Law & Economics**. São Paulo: Campus, 2004.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LOPES, Patrícia da Silva. A atual concepção de contrato. Revisão contratual pela aplicação da teoria da imprevisão. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2328, 15 nov. 2009. Disponível em: <jus.com.br/artigos/13861>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MELLO, Maria Tereza L. **O estudo de direito e economia – perspectivas da interdisciplinaridade**. Texto preparado para debate “*O Ensino da Análise Econômica do Direito*” promovido pelo CEDEO (Centro de Estudos de Direito, Economia e Organizações), na série de Diálogos FEA-SFrancisco/USP. São Paulo, 08/06/2006.

_____. **O estudo de direito e economia – perspectivas da**

interdisciplinaridade. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, aula de 02/04/2013. Disponível em: <slideplayer.com.br/>.

MELLO, Maria Tereza L.; ESTEVES, Heloísa Lopes B. **Direito e economia na noção de ‘direitos de propriedade’**. Disponível em: <ufrj.br/>. Acesso: 20 nov. 2014.

MERCURO, Nicolas; MEDEMA, Steven G. **Economics and the law: From Posner to Postmodernism and Beyond**. 2th Pricenton: Pricenton University Press, 2006.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: University Press, 1990.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. v. 3.

PIGOU, Arthur C. The Economics of Welfare 183. 4. ed., 1932. In: COASE, Ronald. The Problem of Social Cost. **Journal of Law and Economics**, The University of Chicago Press, v. 3, p. 1-44, Oct. 1960.

PINHEIRO, Armando C. **O judiciário e a economia no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2000.

_____. **Direito e economia num mundo globalizado: cooperação ou confronto?** Fevereiro de 2003. Disponível em: <puc-rio.br/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Curso de Law & Economics**. São Paulo: Campus, 2004.

_____. **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Campus e Elsevier, 2005.

POSNER, Richard. Preface. **The Encyclopaedia of Law & Economics**. Kluwer, 2000.

SALAMA, Bruno Meyerhof. O que é Direito e Economia? Latin American and Caribbean Law and Economics Association, January 2008. Disponível em: <works.bepress.com/>. Acesso em: 2 dez. 2014.

SAVATIER, René. Les métamorphoses économiques et sociales du Droit prive d’aujourd’hui. In: _____. **Approfondissement d’un Droit Renouvelé**. Paris: Dalloz, 1959.

SOUZA, Washington Peluso A. **A importância do direito econômico na atualidade**. UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/>. Acesso em: 20 nov. 2014.

STAMMLER, Rudolph. **Economia y derecho segun la concepción materialista de la historia**. Trad. de W. Roces. 4. ed. Madrid: Editorial Réus, 1929.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito e economia**. Porto Alegre: IOB-Thomson, 2005.

_____. (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TRUBEK, David; SANTOS, Alvaro. **The New Law and Economic Development**: Acritical appraisal. New York: Cambridge University Press, 2006.

WHITE, Michelle. The Costs of Corporate Bankruptcy: A U.S.-European Comparison. In: J. BHANDARI, J.; WEISS, L. (Eds.). **Corporate Bankruptcy**: Economic and Legal Perspectives. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 1996. p. 467-500.

ZANATTA, Rafael A. F. Desmistificando a Law & Economics: a receptividade da disciplina Direito e Economia no Brasil. **Revista dos Estudantes de Direito**, Universidade de Brasília, n. 10, 2011. Disponível em: <www.academia.edu/956869>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. **Direito & Economia**: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Recebido: 27-4-2015

Aprovado: 27-5-2015
